



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

AV. BRASIL 4365 MANGUINHOS - PREDIO 122/1º PISO COGIC, 12/13 - Bairro Manguinhos, Rio de Janeiro/RJ, CEP 21040-360
Telefone: (21) 2209-2022 - <http://www.fiocruz.br>

EDITAL Nº PREGÃO13/2022

Processo nº 25389.000217/2022-57

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2022.

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº25389.000217/2022-57)

Torna-se público que a Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, por meio da Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi - COGIC, sediada à Avenida Brasil, 4.365, Manguinhos, Rio de Janeiro – RJ, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 21/09/2022

Horário: 10 h

Local: Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Critério de Julgamento: menor preço por grupo

Valor Estimado: R\$ 5.385.529,51 (cinco milhões, trezentos e oitenta e cinco mil quinhentos e vinte e nove reais e cinquenta e um centavos).

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a *Aquisição de mobiliário para o Centro de Pesquisas, Inovação e Vigilância em Covid-19 e Emergências Sanitárias*, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. *A licitação será dividida em itens e grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.*

1.3. *O critério de julgamento adotado será o menor preço GLOBAL do grupo, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.*

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. *As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2022, na classificação abaixo:*

Ação: 15VX - CONSTRUCAO DO CENTRO DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO EM SAÚDE

Programa de trabalho: 10572502015VX3341

PTRES: 194406

Fonte de recursos: 153

3. DO CREDENCIAMENTO

- 3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/> por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.
- 3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

- 4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.
- 4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.
- 4.1.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:
- 4.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- 4.2.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 4.2.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 4.2.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
- 4.2.5. que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
- 4.2.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
- 4.2.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário;
- 4.2.8. sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.
- 4.3. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 4.3.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
- 4.3.1.1. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.
- 4.3.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- 4.3.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- 4.3.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4.3.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.3.6. que a proposta foi elaborada de forma independente;

4.3.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.8. que o objeto é prestado por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. *Valor unitário e total do grupo;*

6.1.2. Marca;

6.1.3. Fabricante;

6.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.6.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. *O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item e grupo.*

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. *O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,50 % (cinco décimos por cento).*

7.9. *Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.*

7.10. *A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.*

7.11. *A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.*

7.12. *Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.*

7.13. *Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.*

7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.18. O critério de julgamento adotado será o *menor preço*, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.25. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.26. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, ao objeto produzido:

- 7.26.1. no país;
- 7.26.2. por empresas brasileiras;
- 7.26.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 7.26.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.27. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

7.28. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

- 7.28.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.28.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 7.28.3. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.29. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. **DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.**

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.

8.3. apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário) ou desconto menor do que o mínimo exigido, tanto em custos unitários como no valor global, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

- 8.3.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas sob pena de não aceitação da proposta.

- 8.6.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo
- 8.6.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta;

8.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.9. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. **DA HABILITAÇÃO**

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à

existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) - TCU([https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0](https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0;));

9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

9.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.5. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.5.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.5.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.5.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.6. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.9. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.10. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.10.1. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.11. **Habilitação jurídica:**

9.11.1. no caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.11.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio

9.11.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.11.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.11.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.11.6. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.11.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.12. Regularidade fiscal e trabalhista:

9.12.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.12.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.12.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.12.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.12.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.12.6. prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.12.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.13. Qualificação Econômico-Financeira.

9.13.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

9.13.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.13.2.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

9.13.2.2. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.13.2.3. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

9.13.3. comprovação da boa situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

9.13.3.1. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor ofertado pela licitante.

9.14. Qualificação Técnica:

9.14.1. Conforme item 17 – Critérios de Seleção do Fornecedor constante no Termo de Referência.

9.15. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.16. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.16.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.17. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.18. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.19. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para sua continuidade.

9.20. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos para tanto, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.21. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.22. *O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.*

9.22.1. *Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.*

9.23. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. *ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.*

10.1.2. *conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.*

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.4.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.6. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.7. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.2. O adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para *assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso*, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1. A assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente se dará por meio do SEI disponível no endereço eletrônico : https://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&acao_origem=usuario_externo gerar_senha&id_orgao_acesso_externo=0.

15.2.2. O adjudicatário caso não seja cadastrado deverá preencher o formulário e registrar login e senha, devendo aguardar instruções que serão encaminhadas no e-mail informado. Após a liberação o usuário estará apto a assinar o Termo de Contrato.

15.2.3. Eventuais dúvidas quanto à utilização da ferramenta, poderão ser dirimidas pelo e-mail: suportesei@fiocruz.br.

15.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.3.1. *O Aceite do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:*

15.3.2. *O referido instrumento equivalente está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;*

15.3.3. *a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;*

15.3.4. *a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.*

15.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

15.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

15.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

15.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

15.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

16. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

16.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

19. DO PAGAMENTO

19.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

19.1.1. É admitida a cessão de crédito decorrente da contratação de que trata este Instrumento Convocatório, nos termos do previsto na minuta contratual anexa a este Edital.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

20.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

20.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

20.1.3. apresentar documentação falsa;

20.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

20.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.6. não mantiver a proposta;

20.1.7. cometer fraude fiscal;

20.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

20.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

20.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

20.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

20.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

20.4.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

20.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

20.4.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Edital.

20.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

20.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

20.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

20.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20.14. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

21.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

21.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail gecom.cogic@fiocruz.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Avenida Brasil, 4.365, Manginhos, RJ, Prédio Sede da COGIC, Seção de Protocolo, Sala nº. 21.

21.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

21.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

21.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

21.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

21.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

21.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

- 22.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 22.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 22.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 22.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 22.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 22.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 22.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 22.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 22.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 22.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.gov.br/compras; no sítio da COGIC: www.cogic.fiocruz.br, e também poderá ser lido e/ou obtido no endereço Avenida Brasil, nº. 4.365, Manguinhos, RJ, Prédio sede da COGIC, sala 13, nos dias úteis, no horário das 09h00min às 11h00min e das 14h00min às 16h00min, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 22.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 22.12.1. ANEXO I - Termo de Referência;
 - 22.12.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar
 - 22.12.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;
 - 22.12.3. ANEXO III – Proposta Proforma;
 - 22.12.4. ANEXO IV – Portaria COGEAD.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Edital modelo para Pregão Eletrônico: Compras

Atualização: Fevereiro/2022



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL GARCIA DIAS DA SILVA, Gestor^(a) de Compras - GECOM/CAD/COGIC**, em 06/09/2022, às 15:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2040200** e o código CRC **8ADF51DD**.

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA 2029182

APÊNDICE DO ANEXO I
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR 1923456

ANEXO II

TERMO DE CONTRATO

COMPRA

**TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº/....., QUE FAZEM
ENTRE SI O(A)..... E A EMPRESA
.....**

A Fundação Oswaldo Cruz, por intermédio da Coordenação Gera dos Campi - COGIC, com sede na Avenida Brasil, n.º 4365, Manguinhos, na cidade do Rio de Janeiro /RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 33.781.055/00013-05, neste ato representado pela Coordenadora Geral de Infraestrutura dos Campi, Sr.ª Ana Beatriz Alves Cuzatti, nomeada pela Portaria nº 3.785, de 26 de dezembro de 2019, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2019, portadora da matrícula funcional nº 1567804 doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 00/2022, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de Aquisição de mobiliário para o Centro de Pesquisas, Inovação e Vigilância em Covid-19 e Emergências Sanitárias (cadeiras, mesas, armários, bancos, etc, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO/	IDENTIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR
------	------------	---------------	---------	------------	-------

	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	DE MEDIDA		
1					
2					
3					
...					

2. **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de ____/____/____ e encerramento em ____/____/____, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO**

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. **CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Ação: 15VX - CONSTRUCAO DO CENTRO DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO EM SAÚDE

Programa de trabalho: 10572502015VX3341

PTRES: 194406

Fonte de recursos: 153

Elemento de Despesa: 3449052

Grupo de Serviços: 42

5. **CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.

6. **CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE**

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. **CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. **CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO**

8.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

9. **CLÁUSULA NONA - FISCALIZAÇÃO**

9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. **CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

10.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

12. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO**

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

13. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES**

13.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

13.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

13.2.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

14. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS.**

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

16. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA REGULARIDADE DA CONTRATADA**

17.1. A verificação da regularidade Fiscal e Trabalhista da contratada esta prevista no Termo de Referência, anexo do Edital.

18. **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- FORO**

18.1. É eleito o Foro da para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

....., de..... de 20.....

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO III

Proposta Pró-Forma

Documento:	PR00013/2022-COGIC	Processo:
Data da Licitação:	//	Hora da Licitação:
Proponente:		Telefone:
Endereço:		Fax:
Bairro:		Cidade:
UF:		CEP:
CNPJ/MF		Insc. Estadual:

Banco:	Agência:
--------	----------

Inscrição no SIMPLES: [☐] SIM [☐] NÃO

Validade da Proposta:

Prazo de Entrega:

GRUPOS:

GRUPO 1:

Item 5

ARMÁRIO DE 2 PORTAS com corpo em madeira aglomerada com resina fenólica e partículas de granulometria fina, atendendo as normas vigentes de níveis de emissão de formaldeído, de 18 mm de espessura, revestido com laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, resistente a abrasão, encabeçado com fita de poliestireno de superfície visível texturizada de espessura 2,0 mm de espessura. Conjunto gaveta em madeira aglomerada com resina fenólica e partículas de granulometria fina, de 18 mm de espessura, revestida com laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, com alta resistência a impactos e base da gaveta superior. Sistema de travamento das gavetas através de fechadura com chave. Corrediça da gaveta fabricada em aço laminado SAE 304 acabamento em pintura epóxi. A cor do laminado será obrigatoriamente amadeirada, escolhida após a compra e deverá atender a todos os itens. Largura 80cm x Profundidade 47cm x Altura 204cm 1. NORMAS LAUDO/PARECER TÉCNICO DE ACORDO COM A NR 17, EMITIDO POR ERGONOMISTA MEMBRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ERGONOMIA. 2. LAUDO/PARECER TÉCNICO DE ACORDO COM A NR 17, EMITIDO POR ERGONOMISTA MEMBRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ERGONOMIA. 3. LAUDO/PARECER TÉCNICO DE ACORDO COM A NR 17, EMITIDO POR ERGONOMISTA MEMBRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ERGONOMIA. 4. GARANTIA DE PELO MENOS 05 (CINCO) ANOS. - **Unidade: unid - Quantidade: 172.**

Valor Unitário: R\$ 1.878,26 (um mil oitocentos e setenta e oito reais e vinte e seis centavos)

Marca/Procedência: _____

Valor Total: R\$ 323.060,72 (trezentos e vinte e três mil sessenta reais e setenta e dois centavos)

Item 6

ARMÁRIO DE 2 PORTAS com corpo em madeira aglomerada com resina fenólica e partículas de granulometria fina, atendendo as normas vigentes de níveis de emissão de formaldeído, de 18 mm de espessura, revestido com laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, resistente a abrasão, encabeçado com fita de poliestireno de superfície visível texturizada de espessura 2,0 mm de espessura. Conjunto gaveta em madeira aglomerada com resina fenólica e partículas de granulometria fina, de 18 mm de espessura, revestida com laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, com alta resistência a impactos e base da gaveta superior. Sistema de travamento das gavetas através de fechadura com chave. Corrediça da gaveta fabricada em aço laminado SAE 304 acabamento em pintura epóxi. A cor do laminado será obrigatoriamente amadeirada, escolhida após a compra e deverá atender a todos os itens. Largura 80cm x Profundidade 47cm x Altura 72cm 1. NORMAS LAUDO/PARECER TÉCNICO DE ACORDO COM A NR 17, EMITIDO POR ERGONOMISTA MEMBRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ERGONOMIA. 2. LAUDO/PARECER TÉCNICO DE ACORDO COM A NR 17, EMITIDO POR ERGONOMISTA MEMBRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ERGONOMIA. 3. LAUDO/PARECER TÉCNICO DE ACORDO COM A NR 17, EMITIDO POR ERGONOMISTA MEMBRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ERGONOMIA. 4. GARANTIA DE PELO MENOS 05 (CINCO) ANOS. - **Unidade: unid - Quantidade: 10.**

Valor Unitário: R\$ 895,33 (oitocentos e noventa e cinco reais e trinta e três centavos)

Marca/Procedência: _____

Valor Total: R\$ 8.953,30 (oito mil novecentos e cinquenta e três reais e trinta centavos)

Item 30

GAVETEIRO COM 4 GAVETAS com corpo em madeira aglomerada com resina fenólica e partículas de granulometria fina, de 18 mm de espessura, revestido com laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, resistente a abrasão, encabeçado com fita em poliestireno de superfície visível texturizada de espessura 0,45mm de espessura. Conjunto gaveta em madeira aglomerada com resina fenólica e partículas de granulometria fina, de 18 mm de espessura, revestida com laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, com alta resistência a impactos e base da gaveta superior. Sistema de travamento das gavetas através de fechadura com chave. Corrediça da gaveta fabricada em aço laminado SAE 304 acabamento em pintura epóxi. A cor do laminado será obrigatoriamente amadeirada, escolhida após a compra e deverá atender a todos os itens. Largura 80cm x Profundidade 47cm x Altura 72cm 1. NORMAS LAUDO/PARECER TÉCNICO DE ACORDO COM A NR 17, EMITIDO POR ERGONOMISTA MEMBRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ERGONOMIA. 2. LAUDO/PARECER TÉCNICO DE ACORDO COM A NR 17, EMITIDO POR ERGONOMISTA MEMBRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ERGONOMIA. 3. LAUDO/PARECER TÉCNICO DE ACORDO COM A NR 17, EMITIDO POR ERGONOMISTA MEMBRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ERGONOMIA. 4. GARANTIA DE PELO MENOS 05 (CINCO) ANOS.

Valor Unitário: R\$ 1.092,11 (um mil noventa e dois reais e onze centavos)

Marca/Procedência: _____

Valor Total: R\$ 111.395,22 (cento e onze mil trezentos e noventa e cinco reais e vinte e dois centavos)

Item 34

MESAS DE ESCRITÓRIO com tampo reto, autoportantes em madeira aglomerada com resina fenólica e partículas de granulometria fin densidade média de 600 kg/m, e revestido com laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, resistente a abrasão, borda mm na mesma cor do tampo e raio ergonômico de contato com o usuário de acordo com NBR13966. Fixado à estrutura através de acabamento plástico ou metálico na cor da pintura dos pés. Estrutura metálica com tratamento anticorrosivo por fosfatização e acabam horizontal, na largura dos suportes da mesa. Coluna central em chapa de aço SAE 1020 com 1,2mm de espessura, com passagem de lateral com acabamento e tampa possibilitando a passagem de cabos entre as estruturas. Travessa superior em chapa de aço SAE 1020 de espessura, dotado de passagens de cabos na região da coluna. Sapatas reguláveis com rosca M8 de alta resistência a impactos e resistência ao torque. Fixação aos painéis frontais através de parafuso sistema minifix com rosca M6. A cor do laminado será obrigato Profundidade 60cm x Altura 75cm 1. NORMAS A SEREM SEGUIDAS: NBR 13966:2008, ABNT NBR ISO 14020:2002, ABNT NBR ISO 14 MEMBRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ERGONOMIA (ABERGO). 3. CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DO IBAMA DA EMPRESA F

Quantidade: 158.

Valor Unitário: R\$ 888,81 (oitocentos e oitenta e oito reais e oitenta e um centavos)

Marca/Procedência: _____

Valor Total: R\$ 140.431,98 (cento e quarenta mil quatrocentos e trinta e um reais e noventa e oito centavos)

Item 35

MESAS DE ESCRITÓRIO com tampo reto, autoportantes em madeira aglomerada com resina fenólica e partículas de granulometria fin densidade média de 600 kg/m, e revestido com laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, resistente a abrasão, borda: mm na mesma cor do tampo e raio ergonômico de contato com o usuário de acordo com NBR13966. Fixado à estrutura através de acabamento plástico ou metálico na cor da pintura dos pés. Estrutura metálica com tratamento anticorrosivo por fosfatização e acabam horizontal, na largura dos suportes da mesa. Coluna central em chapa de aço SAE 1020 com 1,2mm de espessura, com passagem de lateral com acabamento e tampa possibilitando a passagem de cabos entre as estruturas. Travessa superior em chapa de aço SAE 1020 de espessura, dotado de passagens de cabos na região da coluna. Sapatas reguláveis com rosca M8 de alta resistência a impactos e resistência ao torque. Fixação aos painéis frontais através de parafuso sistema minifix com rosca M6. A cor do laminado será obrigator Profundidade 60cm x Altura 75cm 1. NORMAS A SEREM SEGUIDAS: NBR 13966:2008, ABNT NBR ISO 14020:2002, ABNT NBR ISO 14 MEMBRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ERGONOMIA (ABERGO). 3. CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DO IBAMA DA EMPRESA F

Quantidade: 97.

Valor Unitário: R\$1.026,77 (um mil vinte e seis reais e setenta e sete centavos)

Marca/Procedência: _____

Valor Total: R\$ 99.596,69 (noventa e nove mil quinhentos e noventa e seis reais e sessenta e nove centavos)

Item 36

MESAS DE ESCRITÓRIO com tampo reto, autoportantes em madeira aglomerada com resina fenólica e partículas de granulometria fin densidade média de 600 kg/m, e revestido com laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, resistente a abrasão, borda: mm na mesma cor do tampo e raio ergonômico de contato com o usuário de acordo com NBR13966. Fixado à estrutura através de acabamento plástico ou metálico na cor da pintura dos pés. Estrutura metálica com tratamento anticorrosivo por fosfatização e acabam horizontal, na largura dos suportes da mesa. Coluna central em chapa de aço SAE 1020 com 1,2mm de espessura, com passagem de lateral com acabamento e tampa possibilitando a passagem de cabos entre as estruturas. Travessa superior em chapa de aço SAE 1020 de espessura, dotado de passagens de cabos na região da coluna. Sapatas reguláveis com rosca M8 de alta resistência a impactos e resistência ao torque. Fixação aos painéis frontais através de parafuso sistema minifix com rosca M6. A cor do laminado será obrigator Profundidade 75cm x Altura 75cm 1. NORMAS A SEREM SEGUIDAS: NBR 13966:2008, ABNT NBR ISO 14020:2002, ABNT NBR ISO 14 MEMBRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ERGONOMIA (ABERGO). 3. CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DO IBAMA DA EMPRESA I

Quantidade: 2.

Valor Unitário: R\$ 1.325,96 (um mil trezentos e vinte e cinco reais e noventa e seis centavos)	Marca/Procedência: _____
---	--------------------------

Valor Total: R\$2.651,92 (dois mil seiscentos e cinquenta e um reais e noventa e dois centavos)

Item 37

MESAS DE REUNIÃO autoportantes em madeira aglomerada com resina fenólica e partículas de granulometria fina, atendendo as normas 600 kg/m, e revestido com laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, resistente a abrasão, bordas retas encabeçadas do tampo e raio ergonômico de contato com o usuário de acordo com NBR13966. Fixado à estrutura através de parafusos tipo chipbo: metálico na cor da pintura dos pés. Estrutura metálica com tratamento anticorrosivo por fosfatização e acabamento em pintura epóxi. dos suportes da mesa. Coluna central em chapa de aço SAE 1020 com 1,2mm de espessura, com passagem de cabos na parte interna da tampa possibilitando a passagem de cabos entre as estruturas. Travessa superior em chapa de aço SAE 1020 com 1,9 mm de espessura: passagens de cabos na região da coluna. Sapatas reguláveis com rosca M8 de alta resistência a impactos e abrasão. Fixação ao tampo : aos painéis frontais através de parafuso sistema minifix com rosca M6. A cor do laminado será obrigatoriamente amadeirada, escolhida 75cm 1. NORMAS A SEREM SEGUIDAS: NBR 13966:2008, ABNT NBR ISO 14020:2002, ABNT NBR ISO 14024:2004. 2. LAUDO/PARECER BRASILEIRA DE ERGONOMIA (ABERGO). 3. CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DO IBAMA DA EMPRESA FABRICANTE DO PRODUTO. 4. GARANTIA

Valor Unitário: R\$ 1.780,23	Marca/Procedência: _____
------------------------------	--------------------------

Valor Total: R\$ 7.120,92 (sete mil cento e vinte reais e noventa e dois centavos)

Item 38

MESAS DE REUNIÃO autoportantes em madeira aglomerada com resina fenólica e partículas de granulometria fina, atendendo as normas 600 kg/m, e revestido com laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, resistente a abrasão, bordas retas encabeçadas do tampo e raio ergonômico de contato com o usuário de acordo com NBR13966. Fixado à estrutura através de parafusos tipo chipbo: metálico na cor da pintura dos pés. Estrutura metálica com tratamento anticorrosivo por fosfatização e acabamento em pintura epóxi. dos suportes da mesa. Coluna central em chapa de aço SAE 1020 com 1,2mm de espessura, com passagem de cabos na parte interna da tampa possibilitando a passagem de cabos entre as estruturas. Travessa superior em chapa de aço SAE 1020 com 1,9 mm de espessura: passagens de cabos na região da coluna. Sapatas reguláveis com rosca M8 de alta resistência a impactos e abrasão. Fixação ao tampo : aos painéis frontais através de parafuso sistema minifix com rosca M6. A cor do laminado será obrigatoriamente amadeirada, escolhida 75cm 1. NORMAS A SEREM SEGUIDAS: NBR 13966:2008, ABNT NBR ISO 14020:2002, ABNT NBR ISO 14024:2004. 2. LAUDO/PARECER BRASILEIRA DE ERGONOMIA (ABERGO). 3. CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DO IBAMA DA EMPRESA FABRICANTE DO PRODUTO. 4. GARANTIA

Valor Unitário: R\$ 1.696,94 (um mil seiscentos e noventa e seis reais e noventa e quatro centavos)	Marca/Procedência: _____
---	--------------------------

Valor Total: R\$ 6.787,76 (seis mil setecentos e oitenta e sete reais e setenta e seis centavos)

Item 39

MESAS DE REUNIÃO autoportantes em madeira aglomerada com resina fenólica e partículas de granulometria fina, atendendo as normas 600 kg/m, e revestido com laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, resistente a abrasão, bordas retas encabeçadas do tampo e raio ergonômico de contato com o usuário de acordo com NBR13966. Fixado à estrutura através de parafusos tipo chipbo: metálico na cor da pintura dos pés. Estrutura metálica com tratamento anticorrosivo por fosfatização e acabamento em pintura epóxi. dos suportes da mesa. Coluna central em chapa de aço SAE 1020 com 1,2mm de espessura, com passagem de cabos na parte interna da tampa possibilitando a passagem de cabos entre as estruturas. Travessa superior em chapa de aço SAE 1020 com 1,9 mm de espessura:

passagens de cabos na região da coluna. Sapatas reguláveis com rosca M8 de alta resistência a impactos e abrasão. Fixação ao tampo : aos painéis frontais através de parafuso sistema minifix com rosca M6. A cor do laminado será obrigatoriamente amadeirada, escolhida 75cm 1. NORMAS A SEREM SEGUIDAS: NBR 13966:2008, ABNT NBR ISO 14020:2002, ABNT NBR ISO 14024:2004. 2. LAUDO/PARECE BRASILEIRA DE ERGONOMIA (ABERGO). 3. CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DO IBAMA DA EMPRESA FABRICANTE DO PRODUTO. 4. GAF

Valor Unitário: R\$ 2.445,87 (dois mil quatrocentos e quarenta e cinco reais e oitenta e sete centavos)	Marca/Procedência: _____
---	--------------------------

Valor Total: R\$ 9.783,48 (nove mil setecentos e oitenta e três reais e quarenta e oito centavos)

Item 40

MESAS REDONDAS autoportantes em madeira aglomerada com resina fenólica e partículas de granulometria fina, atendendo as norma kg/m, e revestido com laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, resistente a abrasão, bordas retas encabeçadas com tampo e raio ergonômico de contato com o usuário de acordo com NBR13966. Fixado à estrutura através de parafusos tipo chipboard pintura epóxi. Coluna central em chapa de aço SAE 1020 com 1,9 mm de espessura. Sapatas reguláveis com rosca M8 de alta resistênc mm com alta resistência ao torque. Fixação aos painéis frontais através de parafuso sistema minifix com rosca M6. A cor do laminad Diâmetro 120cm x Altura 75cm 1. NORMAS A SEREM SEGUIDAS: NBR 13966:2008, ABNT NBR ISO 14020:2002, ABNT NBR ISO 140 MEMBRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ERGONOMIA (ABERGO). 3. CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DO IBAMA DA EMPRESA I **Quantidade: 8.**

Valor Unitário: R\$ 1.543,01 (um mil quinhentos e quarenta e três reais e um centavo)	Marca/Procedência: _____
---	--------------------------

Valor Total: R\$ 12.344,08 (doze mil trezentos e quarenta e quatro reais e oito centavos)

GRUPO 2:

Item 32

MESA DE CENTRO RETANGULAR com corpo em madeira aglomerada com resina fenólica e partículas de granulometria fina, de 18 mm c resistência a impactos. Com pés em borracha de alta resistência. Largura 91cm x Profundidade 52cm x Altura 37cm - **Unidade: unid - Q**

Valor Unitário: R\$ 409,50 (quatrocentos e nove reais e cinquenta centavos)	Marca/Procedência: _____
---	--------------------------

Valor Total: R\$ 819,00 (oitocentos e dezenove reais)

Item 33

MESA QUADRADA com corpo em madeira aglomerada com resina fenólica e partículas de granulometria fina, de 18 mm de espessura i impactos. Com pés em borracha de alta resistência. Largura 41cm x Profundidade 41cm x Altura 60cm - **Unidade: unid - Quantidade: 2.**

Valor Unitário: R\$ 309,30 (trezentos e nove reais e trinta centavos)	Marca/Procedência: _____
---	--------------------------

Valor Total: R\$ 618,60 (seiscentos e dezoito reais e sessenta centavos)

GRUPO 3:**Item 19**

CADEIRA DE ESCRITÓRIO TIPO DIRETOR sem encosto de cabeça, espaldar alto, estrutura injetada em Nylon de alta resistência à fadiga, material, 100% reciclável, revestido com tecido tipo tela, e apoio lombar fixo, injetado em espuma de poliuretano semirrígida, na parte injetada em alumínio estrutural com acabamento polido. Assento em Couro ou Nylon de alta resistência à fadiga e impactos, 100% Revestimento com proteção impermeabilizante a manchas e líquidos. Sistema de regulagem de profundidade do assento. Mecanismo eletrostático na cor preta. Sistema de reclinção com eixo horizontal, travamento do conjunto estofado e sistema de liberação do mecanismo Coluna a gás com tubo central em aço SAE 1020 Ø 50 x 1,50 mm, encaixe entre as hastes, com acionador pneumático central de regulagem acabamento polido, reforçadas para cargas estáticas aplicadas sobre o assento. Rodízio de duplo giro com corpo e rodas fabricados em aço. Braços com sistema de fixação ao assento e sistema de regulagem lateral, com corpo e apoia braços injetados em termoplástico de profundidade dos apoia braços. Encosto de cabeça com estrutura injetada em Couro ou Nylon de alta resistência à fadiga e manchas e líquidos. Sistema de regulagem de altura do apoio de cabeça. Largura 49cm x Profundidade 49cm x Altura 53cm 1. NORMA: LAUDO/PARECER TÉCNICO DE ACORDO COM A NR 17, EMITIDO POR ERGONOMISTA MEMBRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ERGONOMIA. 4. CADASTRO TÉCNICO FEDERAL DE ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS DA EMPRESA FABRICANTE DO PRODUTO. 5

Valor Unitário: R\$ 1.325,96 (um mil trezentos e vinte e cinco reais e noventa e seis centavos)

Marca/Procedência: _____

Valor Total: R\$ 379.224,56 (trezentos e setenta e nove mil duzentos e vinte e quatro reais e cinquenta e seis centavos)

Item 20

CADEIRA DE ESCRITÓRIO TIPO PRESIDENTE com encosto de cabeça, espaldar alto, estrutura injetada em Nylon de alta resistência à fadiga, material, 100% reciclável, revestido com tecido tipo tela, e apoio lombar fixo, injetado em espuma de poliuretano semirrígida, na parte injetada em alumínio estrutural com acabamento polido. Sistema de regulagem de altura do encosto. Assento em Couro ou Nylon de alta resistência à fadiga, material, 100% reciclável, revestido com tecido tipo tela, e apoio lombar fixo, injetado em espuma de poliuretano semirrígida, na parte injetada em alumínio estrutural com acabamento polido. Sistema de regulagem de altura do encosto. Assento em Couro ou Nylon de alta resistência à fadiga e impactos, 100% Revestimento com proteção impermeabilizante a manchas e líquidos. Sistema de regulagem de profundidade do assento. Mecanismo eletrostático na cor preta. Sistema de reclinção com eixo horizontal, travamento do conjunto estofado e sistema de liberação do mecanismo Coluna a gás com tubo central em aço SAE 1020 Ø 50 x 1,50 mm, encaixe entre as hastes, com acionador pneumático central de regulagem acabamento polido, reforçadas para cargas estáticas aplicadas sobre o assento. Rodízio de duplo giro com corpo e rodas fabricados em aço. Braços com sistema de fixação ao assento e sistema de regulagem lateral, com corpo e apoia braços injetados em termoplástico de profundidade dos apoia braços. Encosto de cabeça com estrutura injetada em Couro ou Nylon de alta resistência à fadiga e manchas e líquidos. Sistema de regulagem de altura do apoio de cabeça. Largura 49cm x Profundidade 49cm x Altura 53cm 1. NORMA: LAUDO/PARECER TÉCNICO DE ACORDO COM A NR 17, EMITIDO POR ERGONOMISTA MEMBRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ERGONOMIA. 4. CADASTRO TÉCNICO FEDERAL DE ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS DA EMPRESA FABRICANTE DO PRODUTO. 5

- Unidade: unid - Quantidade: 101.

Valor Unitário: R\$2.664,50 (dois mil seiscentos e sessenta e quatro reais e cinquenta centavos)

Marca/Procedência: _____

Valor Total: R\$ 269.114,50 (duzentos e sessenta e nove mil cento e quatorze reais e cinquenta centavos)

GRUPO 4:

Item 41

POLTRONA COM REVESTIMENTO COURO PRETO E PÉS ANODIZADOS com três lugares, revestimento em símile couro, material compost assento solta, de fácil retirada do revestimento através de zíper, composta por uma camada de espuma laminada D26 Soft e almofada c selecionada de eucalipto e compensado de pinos, com cintas elásticas fixadas com grampos galvanizados. Forro de acabamento inferic sem regulagem de altura. Com pastilhas de feltro para evitar riscos no piso. Largura 180cm x Profundidade 70cm x Altura 70cm 1 14024:2004. 2. LAUDO/PARECER TÉCNICO DE ACORDO COM A NR 17, EMITIDO POR ERGONOMISTA MEMBRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILE - **Quantidade: 4.**

Valor Unitário: R\$ 4.330,31 (quatro mil trezentos e trinta reais e trinta e um centavos)

Marca/Procedência: _____

Valor Total: R\$ 17.321,24 (dezessete mil trezentos e vinte e um reais e vinte e quatro centavos)

Item 42

POLTRONA COM REVESTIMENTO COURO PRETO E PÉS ANODIZADOS com um lugar, revestimento em símile couro, material composto assento solta, de fácil retirada do revestimento através de zíper, composta por uma camada de espuma laminada D26 Soft e almofada c selecionada de eucalipto e compensado de pinos, com cintas elásticas fixadas com grampos galvanizados. Forro de acabamento inferic sem regulagem de altura. Com pastilhas de feltro para evitar riscos no piso. Largura 76cm x Profundidade 70cm x Altura 70cm 1. NORM 2. LAUDO/PARECER TÉCNICO DE ACORDO COM A NR 17, EMITIDO POR ERGONOMISTA MEMBRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE **Quantidade: 12.**

Valor Unitário: R\$ 3.287,97 (três mil duzentos e oitenta e sete reais e noventa e sete centavos)

Marca/Procedência: _____

Valor Total: R\$ 39.455,64 (trinta e nove mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos)

GRUPO 5:**Item 1**

ARMÁRIO ALTO COM 5 PRATELEIRAS INTERNAS com corpo do armário em MDF, atendendo as normas vigentes de níveis de emissão d em ambas as faces, resistente a abrasão, encabeçado com fita de poliestireno com superfície visível texturizada com espessura de 0,4 de armários, com amortecedor incorporado para fechamento suave de portas, produzida em aço inox 201 para aplicação em ambien baixa pressão em ambas as faces, resistente a abrasão, encabeçado com fita de poliestireno com superfície visível texturizada, co embutidos, injetados em ABS para minimizar acúmulos de sujidades, na cor preta, branca ou cinza. Prateleiras fabricadas em MDF, a revestido com laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, resistente a abrasão, encabeçado com fita de poliestireno Com regulagem de alturas variáveis. Pés niveladores de plástico de engenharia injetados, permitindo a regulagem fina de altura e niv compacto, de alta densidade, estável, não poroso, quimicamente inerte, resistente a intempéries, umidade, protegendo assim o mó demais peças do armário serão na cor branca. Largura 120cm x Profundidade 45cm x Altura 190cm - **Unidade: unid - Quantidade: 9.**

Valor Unitário: R\$ 4.889,86 (quatro mil oitocentos e oitenta e nove reais e oitenta e seis centavos)

Marca/Procedência: _____

Valor Total: R\$ 44.008,74 (quarenta e quatro mil oito reais e setenta e quatro centavos)

Item 2

ARMÁRIO ALTO COM 5 PRATELEIRAS INTERNAS com corpo do armário em MDF, atendendo as normas vigentes de níveis de emissão de formaldeído, d em ambas as faces, resistente a abrasão, encabeçado com fita de poliestireno com superfície visível texturizada com espessura de 0,4 de armários, com amortecedor incorporado para fechamento suave de portas, produzida em aço inox 201 para aplicação em ambientes de baixa pressão em ambas as faces, resistente a abrasão, encabeçado com fita de poliestireno com superfície visível texturizada, com embutidos, injetados em ABS para minimizar acúmulos de sujidades, na cor preta, branca ou cinza. Prateleiras fabricadas em MDF, a revestido com laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, resistente a abrasão, encabeçado com fita de poliestireno com regulagem de alturas variáveis. Pés niveladores de plástico de engenharia injetados, permitindo a regulagem fina de altura e nível compacto, de alta densidade, estável, não poroso, quimicamente inerte, resistente a intempéries, umidade, protegendo assim o mó demais peças do armário serão na cor branca. Largura 90cm x Profundidade 45cm x Altura 190cm - **Unidade: unid - Quantidade: 56.**

Valor Unitário: R\$ 3.064,72 (três mil sessenta e quatro reais e setenta e dois centavos)

Marca/Procedência: _____

Valor Total: R\$ 171.624,32 (cento e setenta e um mil seiscentos e vinte e quatro reais e trinta e dois centavos)

Item 10

ARMÁRIO SUSPENSO 1 PORTA com corpo do armário em MDF, atendendo as normas vigentes de níveis de emissão de formaldeído, d faces, resistente a abrasão, encabeçado com fita de poliestireno com superfície visível texturizada com espessura de 0,45 mm com armários, com amortecedor incorporado para fechamento suave de portas. Produzida em aço inox 201 para aplicação em ambientes e mm de espessura, revestido com laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, resistente a abrasão, encabeçado com resistência a impactos. Sistema de puxadores faceados e embutidos, injetados em ABS de formato retangular com raios ergonômicos, corpo e demais peças do armário serão na cor branca. Largura 45cm x Profundidade 35cm x Altura 60cm - **Unidade: unid - Quantidade**

Valor Unitário: R\$ 1.495,25 (um mil quatrocentos e noventa e cinco reais e vinte e cinco centavos)

Marca/Procedência: _____

Valor Total: R\$ 26.914,50 (vinte e seis mil novecentos e quatorze reais e cinquenta centavos)

Item 11

ARMÁRIO SUSPENSO 1 PORTA com corpo do armário em MDF, atendendo as normas vigentes de níveis de emissão de formaldeído, d faces, resistente a abrasão, encabeçado com fita de poliestireno com superfície visível texturizada com espessura de 0,45 mm com armários, com amortecedor incorporado para fechamento suave de portas. Produzida em aço inox 201 para aplicação em ambientes e mm de espessura, revestido com laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, resistente a abrasão, encabeçado com resistência a impactos. Sistema de puxadores faceados e embutidos, injetados em ABS de formato retangular com raios ergonômicos, corpo e demais peças do armário serão na cor branca. Largura 60cm x Profundidade 35cm x Altura 60cm - **Unidade: unid - Quantidade**

Valor Unitário: R\$ 1.579,00 (um mil quinhentos e setenta e nove reais)

Marca/Procedência: _____

Valor Total: R\$ 131.057,00 (cento e trinta e um mil cinquenta e sete reais)

Item 12

ARMÁRIO SUSPENSO 2 PORTAS com corpo do armário em MDF, atendendo as normas vigentes de níveis de emissão de formaldeído, d

faces, resistente a abrasão, encabeçado com fita de poliestireno com superfície visível texturizada com espessura de 0,45 mm com armários, com amortecedor incorporado para fechamento suave de portas. Produzida em aço inox 201 para aplicação em ambientes e mm de espessura, revestido com laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, resistente a abrasão, encabeçado com resistência a impactos. Sistema de puxadores faceados e embutidos, injetados em ABS de formato retangular com raios ergonômicos, corpo e demais peças do armário serão na cor branca. Largura 90cm x Profundidade 35cm x Altura 60cm - **Unidade: unid - Quantidade**

Valor Unitário: R\$ 1.918,56 (um mil novecentos e dezoito reais e cinquenta e seis centavos)	Marca/Procedência: __
--	-----------------------

Valor Total: R\$ 755.912,64 (setecentos e cinquenta e cinco mil novecentos e doze reais e sessenta e quatro centavos)

Item 13

ARMÁRIO SUSPENSO 2 PORTAS COM VIDRO/POLICARBONATO com corpo do armário em MDF, atendendo as normas vigentes de nível de baixa pressão em ambas as faces, resistente a abrasão, encabeçado com fita de poliestireno com superfície visível texturizada cor Policarbonato de Segurança com espessura de 6mm, montadas em requadro de madeira. Dobradiças do tipo caneco diâmetro 35 mm Produzida em aço inox 201 para aplicação em ambientes especiais, tampa para cobertura corpo inox e Parafusos inox. Portas e frente em ambas as faces, resistente a abrasão, encabeçado com fita de poliestireno com superfície visível texturizada, com espessura d injetados em ABS de formato retangular com raios ergonômicos, minimizando acúmulos de sujidades dado o perfil tipo `C`, na cor pret x Profundidade 35cm x Altura 60cm - **Unidade: unid - Quantidade: 5.**

Valor Unitário: R\$ 3.353,68 (três mil trezentos e cinquenta e três reais e sessenta e oito centavos)	Marca/Procedência: __
---	-----------------------

Valor Total: R\$ 16.768,40 (dezesseis mil setecentos e sessenta e oito reais e quarenta centavos)

Item 14

ARMÁRIO SUSPENSO 2 PORTAS COM VIDRO/POLICARBONATO com corpo do armário em MDF, atendendo as normas vigentes de nível de baixa pressão em ambas as faces, resistente a abrasão, encabeçado com fita de poliestireno com superfície visível texturizada cor Policarbonato de Segurança com espessura de 6mm, montadas em requadro de madeira. Dobradiças do tipo caneco diâmetro 35 mm Produzida em aço inox 201 para aplicação em ambientes especiais, tampa para cobertura corpo inox e Parafusos inox. Portas e frente em ambas as faces, resistente a abrasão, encabeçado com fita de poliestireno com superfície visível texturizada, com espessura d injetados em ABS de formato retangular com raios ergonômicos, minimizando acúmulos de sujidades dado o perfil tipo `C`, na cor pret Profundidade 35cm x Altura 60cm - **Unidade: unid - Quantidade: 11.**

Valor Unitário: R\$ 2.790,62 (dois mil setecentos e noventa reais e sessenta e dois centavos)	Marca/Procedência: __
---	-----------------------

Valor Total: R\$ 30.696,82 (trinta mil seiscentos e noventa e seis reais e oitenta e dois centavos)

Item 26

GABINETE INFERIOR DE 1 PORTA com corpo do armário em MDF, atendendo as normas vigentes de níveis de emissão de formaldeíd pressão em ambas as faces, resistente a abrasão, encabeçado com fita de poliestireno com superfície visível texturizada com espessu alta densidade, estável, não poroso, quimicamente inerte para apoio em processos laboratoriais. Dobradiça do tipo caneco diâmetru portas, produzida em aço inox 201 para aplicação em ambientes especiais. Porta em MDF, de 18 mm de espessura, revestido com lam fita de poliestireno com superfície visível texturizada, com espessura de 1,0 mm com alta resistência a impactos. Sistema de puxadores branca ou cinza. 4 rodízios de alta performance. Cada rodízio é construído para suportar 60Kgs. O corpo e demais peças do armári **Quantidade: 24.**

Valor Unitário: R\$ 3.527,76 (três mil quinhentos e vinte e sete reais e setenta e seis centavos)	Marca/Procedência: __
---	-----------------------

Valor Total: R\$ 84.666,24 (oitenta e quatro mil seiscentos e sessenta e seis reais e vinte e quatro centavos)

Item 27

GABINETE INFERIOR DE 2 PORTAS com corpo do armário em MDF, atendendo as normas vigentes de níveis de emissão de formaldeído pressão em ambas as faces, resistente a abrasão, encabeçado com fita de poliestireno com superfície visível texturizada com espessura alta densidade, estável, não poroso, quimicamente inerte para apoio em processos laboratoriais. Dobradiça do tipo caneco diâmetro portas, produzida em aço inox 201 para aplicação em ambientes especiais. Portas em MDF, de 18 mm de espessura, revestido com lamina de poliestireno com superfície visível texturizada, com espessura de 1,0 mm com alta resistência a impactos. Sistema de puxadores branca ou cinza. 4 rodízios de alta performance. Cada rodízio é construído para suportar 60Kgs. O corpo e demais peças do armário
Quantidade: 344.

Valor Unitário: R\$ 4.475,76 (quatro mil quatrocentos e setenta e cinco reais e setenta e seis centavos)

Marca/Procedência:

Valor Total: R\$ 1.539.661,44 (um milhão, quinhentos e trinta e nove mil seiscentos e sessenta e um reais e quarenta e quatro centavos)

Item 31

GAVETEIRO INFERIOR DE 1/2 + 2 GAVETAS com corpo módulo em MDF, atendendo as normas vigentes de níveis de emissão de formaldeído pressão em ambas as faces, resistente a abrasão, encabeçado com fita de poliestireno com superfície visível texturizada com espessura alta densidade, estável, não poroso, quimicamente inerte para apoio em processos laboratoriais. Frentes de gavetas em MDF, de 18 mm resistente a abrasão, encabeçado com fita de poliestireno com superfície visível texturizada, com espessura de 1,0 mm com alta resistência para minimizar acúmulos de sujidades, na cor preta, branca ou cinza. Corrediça telescópica em aço inox com abertura total do comprimento meio de molas e pistão. Peça única de montagem lateral e autotravante no final do curso aberto e travas no final do curso que permite travar poliestireno alto impacto, com espessura mínima de 3 mm, fundo ondulado para aumentar a resistência mecânica e contenção das estruturas e ferragens do móvel. 4 rodízios de alta performance. Cada rodízio é construído para suportar 60Kgs. O corpo e demais peças do móvel
Unidade: unid - Quantidade: 77.

Valor Unitário: R\$ 3.876,17 (três mil oitocentos e setenta e seis reais e dezessete centavos)

Marca/Procedência:

Valor Total: R\$ 298.465,09 (duzentos e noventa e oito mil quatrocentos e sessenta e cinco reais e nove centavos)

GRUPO 6:

Item 28

GABINETE INFERIOR DE 2 PORTAS com corpo do armário em MDF, atendendo as normas vigentes de níveis de emissão de formaldeído baixa pressão em ambas as faces, resistente a abrasão, encabeçado com fita de poliestireno com superfície visível texturizada com espessura compacta, de alta densidade, estável, não poroso, quimicamente inerte para apoio em processos laboratoriais. Dobradiça do tipo fechamento suave de portas, produzida em aço inox 201 para aplicação em ambientes especiais. Portas em MDF, de 18 mm de espessura, revestido com lamina de poliestireno com superfície visível texturizada, com espessura de 1,0 mm com alta resistência a impactos. Sistema de puxadores branca ou cinza. 4 rodízios de alta performance. Cada rodízio é construído para suportar 60Kgs. O corpo e demais peças do armário

acúmulos de sujidades, na cor preta, branca ou cinza. A cor do laminado será obrigatoriamente amadeirada, escolhida após a comp
Quantidade: 6.

Valor Unitário: R\$ 2.838,55 (dois mil oitocentos e trinta e oito reais e cinquenta e cinco centavos)	Marca/Procedência: __
---	-----------------------

Valor Total: R\$ 17.031,30 (dezesete mil trinta e um reais e trinta centavos)

Item 29

GABINETE INFERIOR DE 2 PORTAS com corpo do armário em MDF, atendendo as normas vigentes de níveis de emissão de formaldeí baixa pressão em ambas as faces, resistente a abrasão, encabeçado com fita de poliestireno com superfície visível texturizada com compacto, de alta densidade, estável, não poroso, quimicamente inerte para apoio em processos laboratoriais. Dobradiça do tipo fechamento suave de portas, produzida em aço inox 201 para aplicação em ambientes especiais. Portas em MDF, de 18 mm de espessura, abrasão, encabeçado com fita de poliestireno com superfície visível texturizada, com espessura de 1,0 mm com alta resistência a in acúmulos de sujidades, na cor preta, branca ou cinza. O corpo e demais peças do armário serão na cor branca. Largura 90cm x Profund

Valor Unitário: R\$ 2.791,45 (dois mil setecentos e noventa e um reais e quarenta e cinco centavos)	Marca/Procedência: _____
---	--------------------------

Valor Total: R\$ 11.165,80 (onze mil cento e sessenta e cinco reais e oitenta centavos)

GRUPO 7:

Item 18

BANQUETA MODELO TOLIX IRON, banqueta alta, modelo Titan, na cor grafite com estrutura em aço carbono. Largura 30cm x Profu

Valor Unitário: R\$ 291,30 (duzentos e noventa e um reais e trinta centavos)	Marca/Procedência: __
--	-----------------------

Valor Total: R\$ 1.456,50 (um mil quatrocentos e cinquenta e seis reais e cinquenta centavos)

Item 21

CADEIRA MODELO TOLIX IRON, cadeira baixa, modelo Titan, na cor grafite com estrutura em aço carbono. Largura 36cm x Profund

Valor Unitário: R\$ 300,30 (trezentos reais e trinta centavos)	Marca/Procedência: __
--	-----------------------

Valor Total: R\$ 9.609,60 (nove mil seiscentos e nove reais e sessenta centavos)

GRUPO 8:

Item 22

ESTANTE DE AÇO linha pesada, em aço carbono, com 06 prateleiras chapa 22 reforçadas, e colunas L2 em chapa 16. Resistência de 10t
Quantidade: 104.

Valor Unitário: R\$ 1.048,61 (um mil quarenta e oito reais e sessenta e um centavos)	Marca/Procedência:___
--	-----------------------

Valor Total: R\$ 109.055,44 (cento e nove mil cinquenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos)

Item 23

ESTANTE DE AÇO linha pesada, em aço carbono, com 06 prateleiras chapa 22 reforçadas, e colunas L2 em chapa 16. Resistência de 10t
Quantidade: 21.

Valor Unitário: R\$ 1.173,38 (um mil cento e setenta e três reais e trinta e oito centavos)	Marca/Procedência:___
---	-----------------------

Valor Total: R\$ 24.640,98 (vinte e quatro mil seiscentos e quarenta reais e noventa e oito centavos)

GRUPO 9:

Item 8

ARMÁRIO GUARDA VOLUMES DE AÇO com 12 portas na cor grafite, fabricado em aço galvanizado resistente a corrosão, com espessuras de 1,5mm, arestas cortantes, tendo as bordas dobradas. Sapatas plásticas reguláveis, Sistema de fechaduras antifurto, com reforço nas portas e lances para minimizar o impacto. Garantia mínima de 3 anos. Largura 90cm x Profundidade 45cm x Altura 182cm - **Unidade: unid - Quantidade: 13.**

Valor Unitário: R\$ 2.655,04 (dois mil seiscentos e cinquenta e cinco reais e quatro centavos)	Marca/Procedência:___
--	-----------------------

Valor Total: R\$ 13.275,20 (treze mil duzentos e setenta e cinco reais e vinte centavos)

Item 9

ARMÁRIO GUARDA VOLUMES DE AÇO com 6 portas na cor grafite, fabricado em aço galvanizado resistente a corrosão, com espessuras cortantes, tendo as bordas dobradas. Sapatas plásticas reguláveis, Sistema de fechaduras antifurto, com reforço nas portas e linguetas para minimizar o impacto. Garantia mínima de 3 anos. Largura 30cm x Profundidade 45cm x Altura 182cm - **Unidade: unid - Quantidade: 6**

Valor Unitário: R\$ 1.674,11 (um mil seiscentos e setenta e quatro reais e onze centavos)

Marca/Procedência: _

Valor Total: R\$ 105.468,93 (cento e cinco mil quatrocentos e sessenta e oito reais e noventa e três centavos)

ITENS INDIVIDUAIS:**Item 3**

ARMÁRIO ALTO PARA PRODUTOS INFLAMÁVEIS, com 2 portas, construído em chapa de aço carbono preenchido com camada isolante para evitar que as chamas se propaguem para o exterior, resistindo a 900 graus célcus por pelo menos 1 hora. Base inferior construída com niveladoras. Atendendo a regulamentação N.F.P.A., O.S.H.A, NR 20, NB 98, da Portaria 3214/78,UL 1275-Flammable liquid storage cabinets e pesquisas tecnológicas em ensaios de resistência ao fogo de acordo as normas citadas acima. Largura 90cm x Profundidade 45cm x Altura 182cm - **Unidade: unid - Quantidade: 1**

Valor Unitário: R\$ 7.109,55 (sete mil cento e nove reais e cinquenta e cinco centavos)

Marca/Procedência: _

Valor Total: R\$ 71.095,50 (setenta e um mil noventa e cinco reais e cinquenta centavos)

Item 4

ARMÁRIO CORTA FOGO - Standard - Conjugado - Construídos com chapas de aço carbono (interna e externa). Preenchido entre as chapas com duplo sistema corta chama que funciona como respiros de ventilação para gases leves e pesados. Projetado para resistir a 900 graus célcus por pelo menos 1 hora. Base inferior construída com perfilado de chapa U reforçado com roscas em suas extremidades embutido, com 2 chaves. Uma prateleira móvel e regulável em aço inox com escalas de fixação. Possui internamente, revestimento O.S.H.A, NR 20, NB 98, da Portaria 3214/78,UL 1275-Flammable liquid storage cabinets e NBR 17505-4, além de passar por testes de resistência ao fogo de acordo as normas citadas acima. Largura 1090cm x Profundidade 45cm x Altura 200cm - **Unidade: unid - Quantidade: 1**

Valor Unitário: R\$ 10.744,50 (dez mil setecentos e quarenta e quatro reais e cinquenta centavos)

Marca/Procedência: _

Valor Total: R\$ 10.744,50 (dez mil setecentos e quarenta e quatro reais e cinquenta centavos)

Item 7

ARMÁRIO DE AÇO com 2 portas, na cor cinza, fabricado em aço 1008 com tratamento antiferrugem, em chapa 26. 4 prateleiras internas. Sapatas plásticas reguláveis, Sistema de fechaduras antifurto, com reforço nas portas e linguetas. Dobradiças internas em aço galvanizado. Garantia mínima de 3 anos. Largura 90cm x Profundidade 40cm x Altura 198cm - **Unidade: unid - Quantidade: 13**

Valor Unitário: R\$ 1.629,20 (um mil seiscentos e vinte e nove reais e vinte centavos)	Marca/Procedência:
Valor Total: R\$ 21.179,60 (vinte e um mil cento e setenta e nove reais e sessenta centavos)	
Item 15	
BANCO ALTO EM AÇO INOX com encosto e apoios para os pés. Sem rodízios. Fabricado em aço inox AISI 304, chapa de 1mm #20, t regulagem de altura através de pistão a gás e apoio para pés. Largura 46cm x Profundidade 46cm x Altura 70cm - Unidade: unid - Quan	
Valor Unitário: R\$ 510,13 (quinhentos e dez reais e treze centavos)	Marca/Procedência:
Valor Total: R\$ 2.040,52 (dois mil quarenta reais e cinquenta e dois centavos)	
Item 16	
BANCO ALTO PARA LABORATÓRIO SEM BRAÇOS com encosto de espaldar baixo, com concha interna em polipropileno injetado na co revestida com tecido sintético sem costura aparente. Suporte de união do assento ao encosto em tubo de aço SAE 1020 com 5mm de manípulo, injetado em polipropileno. Assento em polipropileno injetado, espuma anatômica em poliuretano injetado, de 45mm de esp de regulagem com alavanca de acionamento em barra de aço e manípulo de empunhadura injetado em polipropileno. Com placa b Coluna metálica com pelo menos 420 mm de altura, confeccionada em aço SAE 1020 tubular com pintura epóxi à pó. Haste central pre aço SAE 1020 57 x2,25 mm unidos por solda a travessas feitas em tubo de aço SAE 1020 com tratamento anticorrosivo por fosfatizaçã fabricadas em tubo de aço SAE 1020 25 x 25 x 2mm sistema de fixação das sapatas conformado por dobras e reforçadas com soldas p central fabricado em aço SAE 1020 57 x 3 mm. Sapata fixas, sem rodízios e com sistema de nivelamento. Largura 46cm x Profundi 14020:2002, ABNT NBR ISO 14024:2004. 2. LAUDO/PARECER TÉCNICO DE ACORDO COM A NR 17, EMITIDO POR ERGONOMISTA M DÉBITOS DO IBAMA DA EMPRESA FABRICANTE DO PRODUTO. 4. CADASTRO TÉCNICO FEDERAL DE ATIVIDADES POTENCIALMENTE POL ANOS. - Unidade: unid - Quantidade: 259.	
Valor Unitário: R\$ 1.411,38 (um mil quatrocentos e onze reais e trinta e oito centavos)	Marca/Procedência:
Valor Total: R\$ 365.547,42 (trezentos e sessenta e cinco mil quinhentos e quarenta e sete reais e quarenta e dois centavos)	
Item 17	
BANCO PARA VESTIÁRIO com base em metal tubular no cor preta medindo no mínimo 30mm x 20mm e 1,20 mm de espessura. Assent 9 cm de largura x 2 cm de espessura. Resistente a esforços mecânicos e a corrosão. Largura 100cm x Profundidade 30cm x Altura 45cm	
Valor Unitário: R\$ 1.486,86 (um mil quatrocentos e oitenta e seis reais e oitenta e seis centavos)	Marca/Procedência:
Valor Total: R\$ 8.921,16 (oito mil novecentos e vinte e um reais e dezesseis centavos)	
Item 24	

ESTANTE EM AÇO INOX, totalmente em Aço Inoxidável tipo 201 de alta qualidade e resistência. Suporte de carga de até 480kg, ser Garantia mínima de 3 anos. Largura 100cm x Profundidade 50cm x Altura 200cm - **Unidade: unid - Quantidade: 24.**

Valor Unitário: R\$ 2.419,06 (dois mil quatrocentos e dezenove reais e seis centavos)

Marca/Procedência:

Valor Total: R\$ 58.057,44 (cinquenta e oito mil cinquenta e sete reais e quarenta e quatro centavos)

Item 25

ESTANTE MULTIUSO com estrutura metálica, pintada na cor preta com pintura epóxi e prateleiras em madeira com sistema de reforço compra. Largura 80cm x Profundidade 40cm x Altura 187cm - **Unidade: unid - Quantidade: 6.**

Valor Unitário: R\$ 642,56 (seiscentos e quarenta e dois reais e cinquenta e seis centavos)

Marca/Procedência:

Valor Total: R\$ 3.855,36 (três mil oitocentos e cinquenta e cinco reais e trinta e seis centavos)

Item 43

RACK PARA TV ATÉ 72 POLEGADAS em madeira com gavetas na cor preto e amadeirado. A cor da madeira será definida após a compra.

Valor Unitário: R\$ 530,77 (quinhentos e trinta reais e setenta e sete centavos)

Marca/Procedência:

Valor Total: R\$ 4.246,16 (quatro mil duzentos e quarenta e seis reais e dezesseis centavos)

Item 44

ROUPEIRO DE AÇO COM 08 PORTAS com 8 portas, na cor cinza, fabricado em aço 1008 com tratamento antiferrugem, em chapa 26 arestas cortantes, tendo as bordas dobradas. Sapatas plásticas reguláveis, Sistema de fechaduras ou pitão antifurto, com reforço nas p minimizar o impacto. Garantia mínima de 3 anos. Largura 63cm x Profundidade 40cm x Altura 195cm - **Unidade: unid - Quantidade: 14**

Valor Unitário: R\$ 1.405,95 (um mil quatrocentos e cinco reais e noventa e cinco centavos)

Marca/Procedência:

Valor Total: R\$ 19.683,30 (dezenove mil seiscentos e oitenta e três reais e trinta centavos)

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EI

AV. BRASIL, 4365 – MANGUINHOS - CEP:21040-360 - PAE
RIO DE JANEIRO - RJ - BRASIL

ANEXO IV

PORTARIA COGEAD



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

Portaria da Coordenação-Geral de Administração

RESOLVE:

1.0 – PROPÓSITO

Dispõe sobre as condutas e a dosimetria na aplicação contratar previstas no artigo 7º da Lei nº 10.520, de considerando ainda:

1.1 O teor das determinações 9.5.1 e 9.5.2 do Acórdão Tribunal de Contas da União, as quais foram objeto Serviços Gerais - SISG no Portal de Compras do Gove

1.2 A necessidade de instrução processual administrativa entre meios e fins, com vedação a imposição de superior aquelas estritamente necessárias ao atendimento

1.3 Nas licitações na modalidade pregão realizada instauração de procedimento administrativo para a ocorrência das condutas descritas nesta portaria;

1.4 A responsabilidade pela abertura de procedimento tipificadas no Art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e prevista qual a licitação tenha ocorrido.

2.0 OBJETIVO

Normatizar padrões de dosimetria para toda a Fiocruz e processo de licitar.

3.0 DEFINIÇÕES

3.1 Retardar a execução do objeto qualquer ação ou o andamento da licitação, inclusive deixar de entregar a evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, e ata de registro de preços;

3.2 Não manter a proposta a ausência de seu envio, detalhamento, quando exigível, ou ainda o pedido, proposta, quando encerrada a etapa competitiva, demonstração de vício ou falha na sua elaboração, cumprimento;

Cancela	Altera	Distribui Ge
---------	--------	-----------------

Portaria da Coordenação-Geral de Administração

3.3 Falhar na execução contratual o inadimplemento pelo contratado;

3.4 Fraudar na execução contratual a prática de que ilícita, induzindo ou mantendo em erro a Administração;

3.5 Comportar-se de modo inidôneo a prática de atos contra o certame ou do contrato, tais como a fraude ou frustração do licitatório, ação em conluio ou em desconformidade com o julgamento, prestação falsa de informações, apreensão de documentos, ou que contenha emenda ou rasura, de qualquer natureza.

4.0 - DAS SANÇÕES

Nas licitações na modalidade pregão realizadas no âmbito do procedimento administrativo para a aplicação e das condutas a seguir relacionadas:

4.1 Não assinar o contrato/ata de registro de compra equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade;

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores por 2 (dois) meses;

4.2 Deixar de entregar documentação exigida para a licitação;

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar pelo período de 2 (dois) meses;

4.3 Fizer declaração falsa ou apresentar documentação falsa;

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar pelo período de 24 (vinte e quatro) meses;

4.4 Ensejar o retardamento da execução do objeto;

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar pelo período de 4 (quatro) meses;

Cancela	Altera	Distribui
		G



4.5 Não manter a proposta:

Pena - impedimento do direito de licitar e com SICA-F pelo período de 4 (quatro) meses;

4.6 Falhar na execução do contrato:

Pena - impedimento do direito de licitar e com SICA-F pelo período de 12 (doze) meses;

4.7 Fraudar na execução do contrato:

Pena - impedimento do direito de licitar e com SICA-F pelo período de 30 (trinta) meses;

4.8 Comportar-se de modo inidôneo:

Pena - impedimento do direito de licitar e com SICA-F pelo período de 24 (vinte e quatro) meses; e

4.9 Cometer fraude Fiscal

Pena - impedimento do direito de licitar e com SICA-F pelo período de 40 (quarenta) meses;

5.0 - AGRAVANTES

As sanções previstas no *item 4.0* desta portaria (por cento), para cada agravante, até o limite de 60 (seis)

5.1 Quando restar comprovado que o licitante Cadastramento Unificado de Fornecedores- SIFiocruz, em decorrência da prática de qualquer de 12 (doze) meses que antecederam o fato em decor

5.2 Quando restar comprovado que o licitante não atender às condições do edital, quando for notó estabelecido;

Cancela

Altera

Distri

5.3 Quando o licitante, deliberadamente, não resp
a complementar a instrução do processo licitatório

5.4 Quando restar comprovado que o licitante
beneficiário do tratamento diferenciado concedido
As penas previstas nos *subitens 4.1, 4.2, 4.4 e 4.5* do
(cinquenta por cento), uma única vez, após a incidênci
havido nenhum dano à Administração, em decorrência de

6.0 - ATENUANTES

6.1 A conduta praticada tenha sido, desde que dev
controlada e provocada pelo licitante ou contratad

6.2 A conduta praticada seja decorrente da apresi
ou omissões para os quais não tenha contribuído,
que devidamente comprovado; ou

6.3 A conduta praticada seja decorrente da apresi
exigências do edital, desde que evidenciado equív
dolo.

6.4 A penalidade a que se refere ao *subitem 4.2* de
documentação ocorrer fora dos prazos estabeleci
Administração, observando-se ainda, cumulativam

6.4.1 A documentação entregue esteja correta e ade

6.4.2 O eventual atraso no cumprimento dos prazo:

6.4.3 Não tenha ocorrido nenhuma hipótese de agra

6.4.4 O licitante faltoso não tenha sofrido registre
prática de quaisquer condutas tipificadas na presen
contratações ocorridas nos 12 (doze) meses que
aplicada a
penalidade.

7.0 - DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 Quando a ação ou omissão do licitante ou con
de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave;

Cancela	Altera	Distri
---------	--------	--------



Portaria da Coordenação-Geral de Administração

7.2 A aplicação das penas previstas nesta portaria, bem como outras sanções previstas no edital, no contrato e nas responsabilidades civil e criminal, inclusive por per

7.3 Na apuração dos fatos de que trata a presente, observando o princípio da boa-fé objetiva, assegurando ao licitante o direito de juntar todo e qualquer meio de prova, inclusive, requerer diligências.

7.4 No estabelecimento da pena, havendo conatos descritos nos *itens 5.0 e 6.0* desta portaria. O cá primeiro os fatores agravantes conforme previsto n em seguida aplicar-se os fatores atenuantes, uma ú 6.0, para redução da pena.

7.5 Esta Portaria passa, obrigatoriamente, a fazer modalidade de Pregão como um de seus Anexos pu

7.6 Os editais de que trata o *subitem 7.5* serão ac parecer jurídico da Procuradoria Federal a partir da

Nota: A Administração Pública formará sua convic condutas praticadas, devendo, quando necessário, verificar a veracidade das informações e provas apresentadas p

8.0 - VIGÊNCIA

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicaçã


Flavia Silva
Coordenadora Geral de Ad
FIOCRUZ

Cancela	Altera	Distribui
		G